

Declaração

(de acordo com o anexo I)

1- Eng.º João Jorge Jardim Janz, titular do cartão único, n.º ID. Civil 00323081, residente em Lisboa, na Estrada de Chelas, 187, na qualidade de representante legal de **RESOPRE - Sociedade Revendedora de Aparelhos de Precisão, S.A.**, Pessoa colectiva n.º 500 231 206, com sede em Lisboa, na Estrada de Chelas, 187, no concelho de Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por Ajuste Directo nr.019-AJD-SA-14 para "**Verificação Periódica de Contadores de Água para Abastecimento Público**", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Proposta de acordo com o Anexo II ponto 7.1 b) do Vosso Convite;

b) Certificado de Qualificação de Reparador de Contadores e Acreditação.

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência, não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência, não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do Artigo 21º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nr. 1 do artigo 71º da Lei nr. 19/2012 de 8 de Maio e no n.º 1 do Artigo 460º do Código dos contratos públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do Artigo 627º do Código de Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência, não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
 - I) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do Artigo 2º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - II) Corrupção, na acepção do Artigo 3º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do Artigo 3º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

- III) Fraude, na aceção do Artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- IV) Branqueamento de capitais, na acção do Artigo 1º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81º do Código dos Contractos Públicos a apresentar a declaração que constitui o Anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 28 de Abril de 2014



João Janz

GPA

GOUVEIA PEREIRA, COSTA FREITAS
& ASSOCIADOS
Sociedade de Advogados, R.L. | Law Firm

Certifico, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, e na Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de Junho, que a presente fotocópia é cópia fiel da Procuração outorgada pela RESOPRE – SOCIEDADE REVENDEDORA DE APARELHOS DE PRECISÃO, S.A. em 4 de Maio de 2011 e devidamente autenticada pelo Dr. Anselmo Sarsfield Costa Freitas, Advogado com escritório no Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, nº1, 6º Dto. em 18 de Maio de 2011. O presente documento não contém irregularidades e ocupa 4 folhas, as quais foram por mim devidamente numeradas e rubricadas.

Lisboa, 26 de Maio de 2011


A Advogada

Lúcia Correia Braga

Lúcia Correia Braga

Conta: 20,50 €
Extenso: Vinte euros e cinquenta
cêntimos.

Registado na Ordem dos
Advogados sob o n.º
44259L/4967 em 26.5.2011

5-4
3

PROCURAÇÃO

2

RESOPRE – SOCIEDADE REVENDEDORA DE APARELHOS DE PRECISÃO, S.A., com o NIPC 500231206, com sede na Estrada de Chelas, número cento e oitenta e sete, freguesia do Beato, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 37195, com o capital social de trezentos mil euros, representada pelos seus administradores **JOÃO JORGE JARDIM JANZ**, casado, natural de Lisboa, residente na Rua António Saúde, nº 16 – 11º esquerdo em Lisboa, **INÊS TAVARES JANZ RODRIGUES**, casada, natural de Lisboa, residente na Rua António Xavier Pereira Coutinho, nº 18, em Porto Salvo e **FILIFE JANZ GUERRA**, divorciado, natural de Angola, residente na Rua de Inglaterra, nº 39 r/c esquerdo, em Carcavelos, constituem bastantes procuradores da sociedade sua representada os referidos **JOÃO JORGE JARDIM JANZ**, **INÊS TAVARES JANZ RODRIGUES** e **FILIFE JANZ GUERRA**, a quem conferem poderes para, qualquer deles, isoladamente, praticar os seguintes actos:

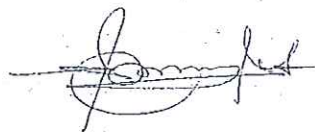
1. Abrir e movimentar contas bancárias, levantando ou depositando dinheiro em Bancos ou em quaisquer outros estabelecimentos de crédito, assinando cheques e ordens de pagamento e levantamento; sacar, aceitar, endossar e reformar letras ou livranças;
 2. Apresentar e assinar propostas para concursos públicos e particulares de fornecimento de artigos de comércio e indústria, podendo assistir à abertura de propostas, licitar e fazer quaisquer alterações, bem como outorgar contratos e escrituras precisas para tais fins. Comprar ou vender veículos automóveis e proceder aos respectivos registos de propriedade automóvel;
 3. Contratar e transigir actos e contratos em que a mesma sociedade seja interessada, representando-a também em todos os processos civis, criminais, fiscais, administrativos e laborais, seus incidentes e recursos, propor, seguir e contestar as acções, requerer arrestos e outras providências cautelares, usando dos mais amplos poderes em direito permitidos;
 4. Assinar termos de responsabilidade, registo e demais documentos públicos ou particulares necessários à prossecução do objecto da sociedade representada, bem como substabelecer os poderes forenses em Advogado ou procurador habilitado sempre que tenha de recorrer a juízo;
 5. Assinar correspondência em representação da sociedade, assinar facturas, recibos e qualquer outra forma de correspondência; levantar, receber e abrir todo e qualquer tipo de correspondência e/ou encomendas dirigidas à sociedade.
- 2

2-4
3

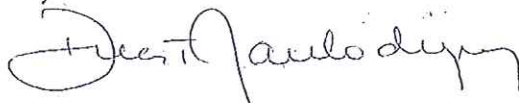
h

Lisboa, 04 de Maio de 2011

1º Outorgante



2º Outorgante



3º Outorgante



h

3-4
3

Ar


TERMO DE AUTENTICAÇÃO

--- No dia dezoito de Maio de dois mil e onze, em Lisboa, no Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, nº 1 – 6º Dto., perante mim, Anselmo Sarsfield Costa Freitas, Advogado, compareceu: -----

--- **João Jorge Jardim Janz**, casado, natural de Lisboa, residente na Rua António Saúde, nº16 -11º Esquerdo em Lisboa, portador do Bilhete de Identidade nº 323081, emitido em 9 de Fevereiro de 2006, em Lisboa, **Inês Tavares Janz Rodrigues**, casada, natural de Lisboa, residente na Rua António Xavier Pereira Coutinho, nº18, em Porto Salvo, portadora do cartão do cidadão nº 103 278 49 e **Filipe Janz Guerra**, divorciado, natural de Angola, residente na Rua de Inglaterra, nº 39, r/c esquerdo, em Carcavelos, portador do Bilhete de Identidade nº 9907355, emitido em 26 de Fevereiro de 2008, em Lisboa, que outorgam em representação e na qualidade de administradores da sociedade comercial **“RESOPRE – SOCIEDADE REVENDEDORA DE APARELHOS DE PRECISÃO, S.A.”**, com o número único de pessoa colectiva e registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 231 206, com sede na Estrada de Chelas, número 187, freguesia do Beato, Lisboa, e com o capital social de trezentos mil euros. -----

--- Verifiquei a identidade dos signatários pela exibição dos mencionados Bilhetes de Identidade e cartão do cidadão e a sua qualidade e poderes para este acto através da certidão permanente da Sociedade com o código 0656-8773-7729, documentos que exibiram.-----

--- E por eles, na qualidade em que figuram, foi dito: -----

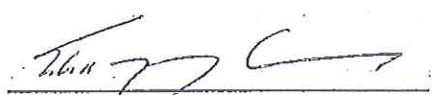
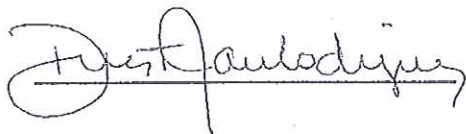
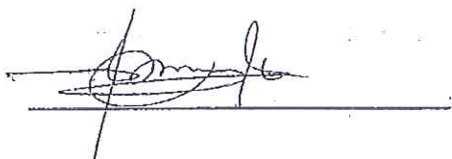


4-4
3

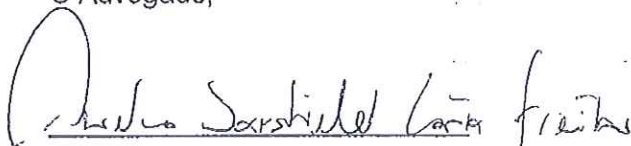
--- Que leram o documento que antecede este termo, que é uma PROCURAÇÃO, e que o mesmo, tal como está redigido exprime a vontade da Sociedade sua representada. -----

--- Este instrumento foi lido aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo.

Os Outorgantes:

 Filipe Gonçalves

O Advogado,



Acto registado online na Ordem dos Advogados com o n.º 13912L/692.





REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Lúcia Correia Braga

CÉDULA PROFISSIONAL: 44259L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Certificação de fotocópias

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

RESOPRE – SOCIEDADE REVENDEDORA DE APARELHOS DE PRECISÃO, S.A.

NIPC nº. 500231206

OBSERVAÇÕES

Certifico, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, e na Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de Junho, que a presente fotocópia é cópia fiel da Procuração outorgada pela RESOPRE – SOCIEDADE REVENDEDORA DE APARELHOS DE PRECISÃO, S.A. em 4 de Maio de 2011 e devidamente autenticada pelo Dr. Anselmo Sarsfield Costa Freitas, Advogado com escritório no Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, nº1, 6º Dto. em 18 de Maio de 2011. O presente documento não contém irregularidades e ocupa 4 folhas, as quais foram por mim devidamente numeradas e rubricadas.

EXECUTADO A: 2011-05-26 11:31

REGISTADO A: 2011-05-26 11:32

COM O Nº: 44259L/4967

Poderá consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=13121531+783651>.*Lúcia Correia Braga**h*